

CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PRODUTOS DE

HIGIENE E LIMPEZA

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Contrato	3
Cláusula 3. ^a Prazo de vigência do contrato	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	3
SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 4. ^a Obrigações principais do fornecedor	3
Cláusula 5. ^a Conformidade e operacionalidade dos bens	4
Cláusula 6. ^a Entrega dos bens objeto do contrato	4
Cláusula 7. ^a Verificação dos bens	4
Cláusula 8. ^a Decisões após verificações	5
Cláusula 9. ^a Garantia técnica	5
Cláusula 10. ^a Garantia de continuidade de fabrico	Erro! Marcador não definido.
SUBSEÇÃO II - DEVER DE SIGILO	5
Cláusula 11. ^a Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 12. ^a Prazo do dever de sigilo	5
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	6
Cláusula 13. ^a Preço contratual	6
Cláusula 14. ^a Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 15. ^a Penalidades contratuais	6
Cláusula 16. ^a Força maior	7
Cláusula 17. ^a Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 18. ^a Resolução por parte do fornecedor	8
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	8
Cláusula 19. ^a Foro competente	8
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	8
Cláusula 20. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 21. ^a Comunicações e notificações	9
Cláusula 22. ^a Contagem dos prazos	9
Cláusula 23. ^a Legislação aplicável	9
CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	9
Cláusula 24. ^a Mapa de quantidades e preços base unitários	9

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de diversos produtos de limpeza em regime de fornecimento contínuo.

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

O contrato inicia a sua vigência no dia útil seguinte à data da sua outorga, pelo prazo de 1080 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 4.ª | Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega dos bens;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-02 06

- c) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos produtos;
- d) Obrigação de garantia dos bens;
- e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os fatos que tome total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.

Cláusula 5.ª | **Conformidade e operacionalidade dos bens**

- O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.
- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- O fornecedor é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª | **Entrega dos bens objeto do contrato**

- Os bens objeto do contrato devem ser entregues faseadamente, de acordo com as necessidades de reposição de stocks no armazém dois (A2), no prazo de cinco dias úteis após a requisição enviada pela entidade adjudicante, nos armazéns da Câmara Municipal de Espinho, situados no Ângulo da Rua 20 com a Rua das Fábricas, 4500-628 Espinho.
- O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, bem como as respetivas fichas técnicas.
- Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.
- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª | **Verificação dos bens**

- As operações de verificação quantitativa têm por objeto comprovar a conformidade das quantidades solicitadas com as quantidades fornecidas, constantes na guia de remessa ou fatura.
- As operações de verificação qualitativa têm por objeto comprovar a conformidade da qualidade dos géneros fornecidos com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos bem como as legalmente exigidas.
- O Município de Espinho poderá efetuar, no período de fornecimento, as operações de verificação quantitativa e qualitativa que necessitem apenas de um exame sumário.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 8.ª | **Decisões após verificações**

1. Após verificação quantitativa e qualitativa dos produtos, o Município aceita ou rejeita os mesmos.
2. Em caso de rejeição, o Município de Espinho informará o fornecedor por escrito devendo este proceder à sua custa e no prazo que lhe for determinado, às substituições, alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências que lhe for determinado.
3. Após o verificado no número acima, o Município de Espinho procede a nova verificação nos termos da cláusula 7.ª o que, caso comprove a conformidade, aceita os produtos.

Cláusula 9.ª | **Garantia técnica**

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

SUBSECÃO II - DEVER DE SIGILO

Cláusula 10.ª | **Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 12.^a | Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.^a | Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Espinho – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, Apartado 700, 4501-901 Espinho ou então através de correio eletrónico para o endereço contabilidade@cm-espinho.pt com a indicação do número de compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.^a | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso na entrega dos bens de 1 a 5 dias úteis – 2% do preço contratual;
 - b) Pelo atraso na entrega dos bens de 6 a 10 dias úteis – 5% do preço contratual;
 - c) Pelo atraso na entrega dos bens superiores a 10 dias úteis – 15% do preço contratual;
 - d) Pelo incumprimento da obrigação garantia técnica, poderá ir até 20% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor contratual.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-02 06

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo das alíneas a), b) e c) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 16.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos no artigo 333.^a do CCP, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente no seguinte caso, pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

Cláusula 17.^a | **Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 332.^o do CCP, o fornecedor pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 18.^a.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.^o do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.^a | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. Não é admitida a cessão da posição contratual, sem prejuízo do previsto nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 318.^o do CCP.
2. Não é admitida a subcontratação, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 318.^o.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-02 06

Cláusula 20.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 22.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 23.ª | **Mapa de quantidades e preços base unitários**

As quantidades estimadas a fornecer e os preços base unitários, são:

DESIGNAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO BASE UNITÁRIO
PAPEL HIGIÉNICO FOLHA DUPLA DE 20 METROS	ROLOS	36000	0,130€
PAPEL HIGIÉNICO JUMBO DE 120 METROS	ROLOS	24000	0,620€
PAPEL DAS MÃOS TOALHAS PASTA TIPO TISSUE 3000 FOLHAS	CAIXA	120	16,900€
PAPEL DAS MÃOS TOALHAS RECICLADA 2600 FOLHAS	CAIXA	480	9,000€
AMBIENTADOR TIPO PRODER 750ML	UNIDADE	36	19,000€
GUARDANAPOS 33X33 (30X100 FOLHAS)	CAIXA	90	15,000€
GARRAFAO LIXIVIA 5 LITROS	UNIDADE	2400	0,950€
LAVA TUDO 5 LITROS	UNIDADE	390	4,300€

CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS
NOME DO PROCEDIMENTO
Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza
NIPG
1234/22
UNIDADE ORGÂNICA

DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE

CODIFICAÇÃO

PS02-00-IMP-02 | 06

2022,EXP,I,CP,104

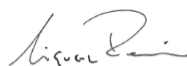
DETERGENTE EM PÓ TIPO OMO 500 GRAMAS	KILOGRAMA	300	2,620€
LÍQUIDO PARA LAVAR MÃOS 5 LITROS	UNIDADE	180	4,500€
CREME DE LIMPEZA COM LIXÍVIA TIPO CIF 750ML	UNIDADE	540	2,500€
DETERGENTE PARA LOUÇA MANUAL SALOVA UNHAS 5 LITROS	UNIDADE	75	4,380€
DESINCRUSTANTE ÁCIDO PARA RESÍDUOS DE CIMENTO, CALCÁRIO, TINTAS FERRUGENS, MANCHAS, OXIDAÇÃO, ETC TIPO GAVECAL 5 LITROS	UNIDADE	60	13,500€
ESFREGÃO VERDE TIPO SOTCH -BRITE 20X15 CM	UNIDADE	300	1,000€
ESFREGÃO C/ESPONJA TIPO SCOTCH BRITE	UNIDADE	750	1,000€
APANHADOR COM CABO	UNIDADE	48	3,300€
ESFREGONA INDUSTRIAL COMPLETA: ESFREGONA ALGODÃO 400G, PINÇA E CABO DE ALUMÍNIO	UNIDADE	45	11,170€
PANO DE PÓ AMARELO DE 40X50 CM	UNIDADE	216	0,890€
BALDE P/ESFREGONA COM ESPREMEDOR	UNIDADE	90	4,500€
CERA PARA CHÃO MADEIRA ANITDERRAPANTE 5 LITROS	UNIDADE	30	33,000€
VASSOURA ESPALMADA PELO MACIO SEM CABO	UNIDADE	120	3,740€
VASSOURA ESPALMADA PELO DURO SEM CABO	UNIDADE	72	3,740€
VASSOURA PARA LAVAR CARROS SEM CABO	UNIDADE	36	4,500€
VASSOURA TOCA PVC	UNIDADE	60	2,200€
RECARGA MOPA 60CM	UNIDADE	30	7,450€
RECARGA MOPA 40CM	UNIDADE	60	7,450€
RECARGA ESFREGONA INDUSTRIAL DE ALGODÃO	UNIDADE	300	3,370€

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Fornecimento contínuo de produtos de higiene e limpeza	
	NIPG	1234/22	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-02 06

400G			
CABO ALUMINIO COM FURO DE 1,4 METROS COM PINÇA	UNIDADE	60	8,920€
SACOS PRETOS 1200X800CM	KILOGRAMA	4800	1,450€
SACOS PRETOS 800X600CM	KILOGRAMA	1500	1,450€
SACOS ROLO AZUL C/FECHO 52X60CM	ROLOS	660	0,800€
SACOS ROLO AZUIS 85X105CM	ROLOS	1500	1,200€
SACOS VERDES 1300X1400CM	KILOGRAMA	1800	2,450€

Espinho, 17 de fevereiro de 2022

O Presidente da Câmara,



Miguel Reis
PRESIDENTE DA CÂMARA
Nº Func.:1766 17-02-2022
Assinatura Digital Qualificada